

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ACTA Nº 2 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM ONZE DE ABRIL DE DOIS MIL E CATORZE**

-----Aos onze dias do mês de abril de dois mil e catorze, pelas dezanove horas e dez minutos, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1. Eleição do Provedor Municipal;-----

-----2. Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PCP “Em defesa da Agricultura e do Mundo Rural do Concelho de Porto de Mós”;-----

-----3. Apreciação do Inventário de Todos os Bens, Direitos Patrimoniais e respetiva Avaliação, bem como Apreciação e Votação dos Documentos de Contas relativamente ao Ano de 2013;-----

-----4. Modificações Orçamentais – 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2014;-----

-----5. Modificações Orçamentais – 1ª Revisão ao Orçamento do ano de 2014;-----

-----6. Prestação de Serviços de um Revisor Oficial de Contas para verificação das Contas Municipais do Ano de 2014;-----

-----7. Estatuto da Oposição – Lei nº 24/98 de 26 de Maio – Relatório de Avaliação do Grau de Observância do ano de 2013 (artº 10º da Lei 24/98 de 26 de Maio);-----

-----8. Concessão de Exploração do Bar situado no Edifício das Piscinas Municipais e do Pequeno Bar de Apoio às Piscinas Municipais;-----

-----9. Designação de um Representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;-----

-----10. Designação de dois cidadãos para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens na sua modalidade Alargada;-----

-----11. Relatório Anual de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, do ano de 2013;-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**12. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.**

-----**1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:**-----

-----Faltaram à sessão, os seguintes membros: José Manuel da Silva Mouco (Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima –PS); Júlio João Carreira Vieira (PSD); Luís Carlos Vieira Monteiro (PSD); Telma Cristina Rodrigues da Cruz (PSD).-----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, e os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Anabela Martins, Rita Cerejo, Rui Fernando Correia Marto, António José Jesus Ferreira.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontravam-se as Assistentes Técnicas Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e Maria Alina Santos Areias.-----

-----**2. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou depois a perguntar à Assembleia Municipal se alguém queria fazer algum reparo à ata da anterior sessão ordinária. Não havendo qualquer reparo a fazer, passou então o senhor Presidente da Assembleia a pôr a votação a referida ata, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----**3. LEITURA DO EXPEDIENTE:**-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia fez depois referência à correspondência recebida nos serviços desde a realização da última sessão desta Assembleia, ficando a mesma disponível para consulta de quem assim o pretenda.-----

-----**4. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----Entrando no período de antes da ordem do dia o senhor Presidente da Assembleia passou a dar conhecimento ao plenário da iniciativa da Assembleia Municipal para a comemoração dos 40 anos do 25 de Abril, convidando todos a estarem presentes. Fez ainda referência ao facto de estas comemorações estarem a ser organizadas em parceria com a Junta de Freguesia de Porto de Mós – São João Baptista e S. Pedro, que inicia nesse dia a sua Semana Cultural bem como com a

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara Municipal.-----  
-----Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – São João Baptista e São Pedro, que passou a elencar as atividades que constituíam o programa dessa Semana Cultural que se desenvolveriam no mercado municipal, Praça Arménio Marques e Cineteatro de Porto de Mós.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, novamente no uso da palavra, referiu que no decurso da Sessão Solene que terá lugar no Cineteatro, seria dada a palavra a todas as forças políticas representadas nesta Assembleia, e que dela quisessem usar.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia deu depois a palavra ao senhor Presidente da Câmara que passou a solicitar a introdução de mais um ponto na ordem de trabalhos desta Assembleia atendendo à urgência do assunto, e que tem a ver com a fusão por incorporação da AMLEI na CIMRL, a qual se realizará mediante a transferência global do património da primeira para a segunda.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia, depois de prestados os esclarecimentos pelo senhor Presidente da Câmara, pôs a votação a inclusão de mais um ponto na presente ordem de trabalhos – **Projeto de fusão por incorporação da AMLEI na CIMRL** – tendo a mesma sido **aprovada por maioria de dois terços, com uma abstenção**, e passando a constituir o **ponto nº 13** da mesma.---

-----**António Manuel Ferreira de Almeida (PS):**-----  
-----Depois de cumprimentar todos os presentes começou por referir o aumento do turismo com a melhoria das acessibilidades ao castelo louvando a atitude da Câmara Municipal que disponibilizou um funcionário para acompanhar as pessoas. Agradeceu depois o empenho que tem sido dado na melhor conservação e manutenção da Quinta da Mirinha cujos arruamentos estavam a ficar muito depauperados.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----  
-----Cumprimentando todos os presentes, referiu que o grupo de deputados municipais do PSD, no exercício das suas funções, entende estarem a ser cometidas algumas ilegalidades nesta Assembleia, não estando a ser cumprido nem o Regimento nem a Lei Geral. Nesta conformidade, decidiu apresentar um protesto à mesa, que passou a ler, e que a seguir se transcreve.-----

### “PROTESTO”

-----No passado dia 30.03.2014, o Grupo de Deputados do PSD, enviou por e-mail aos serviços de apoio da Assembleia Municipal um pedido de inclusão de dois pontos na Ordem de Trabalhos da AM de 11.04.2014, cumprindo o estipulado no Regimento da Assembleia Municipal, artigo 17º, nº 3,

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*alínea a) que transcrevemos na íntegra: "A ordem do dia deve ainda incluir os assuntos que para esse fim forem indicados por qualquer membro da Assembleia, desde que sejam da competência deste órgão e o pedido seja apresentado por escrito com uma antecedência mínima de: cinco dias úteis sobre a data da sessão, no caso de sessões ordinárias".-----*

*-----Desta forma, fica claro que o pedido de agendamento dos dois pontos (Provedor Municipal e Discussão do Desenvolvimento Económico do Concelho de Porto de Mós), foi solicitado com 10 dias úteis de antecedência cumprindo o estipulado no Regimento da AM.-----*

*-----Face a este pedido, recebemos no dia 31 de março, a resposta por e-mail do senhor Presidente da Assembleia Municipal, que juntamos em anexo. Informando que o ponto sobre o Provedor Municipal iria constar da OT e recusando o agendamento do ponto: "Discussão do Desenvolvimento Económico do Concelho de Porto de Mós", com argumentos e justificações que extravasam aquelas que são as competências regimentais do senhor Presidente da Mesa da AM, dando conhecimento desta recusa ao Sr. Vice-presidente do Município.-----*

*-----Esta informação do Sr. Presidente da AM, foi objeto duma resposta da nossa parte no passado dia 02 de abril, fazendo sentir a nossa discordância e reiterando o pedido de agendamento do ponto sobre o Desenvolvimento Económico do Concelho, uma vez que o outro ponto tinha sido incluído na OT. Como não recebemos mais nenhuma informação sobre esta pretensão, no passado dia 05 de abril, voltámos a questionar o Sr. Presidente e os serviços de apoio à AM sobre a inclusão ou não do referido ponto. E mais uma vez não obtivemos qualquer resposta.-*

*-----Tendo em consideração os factos ocorridos, consideramos que foi cometido uma ilegalidade grosseira do Regimento, além de uma total falta de respeito para com o Grupo de Deputados do PSD.-----*

*-----Assim sendo, queremos tornar claro através deste protesto a nossa profunda indignação pelos procedimentos e comportamentos adotados pelo Sr. Presidente da AM, que não são adequados às suas responsabilidades e configuram uma atuação altamente reprovável num Estado de Direito, 40 anos depois do 25 de abril de 1974.-----*

*-----Não podemos aceitar que seja violado o Regimento e faltas de respeito aos mais elementares direitos de qualquer membro desta Assembleia: (Discutir livremente temas de interesse municipal).-----*

*-----Em conformidade, porque esta Assembleia padece de violação grosseira da sua Ordem de Trabalhos e nos sentimos profundamente indignados com os procedimentos e comportamentos expostos, somos obrigados a lavrar este protesto e a não participar nesta sessão.-----*

*-----No entanto, deixamos bem claro, que lamentamos profundamente sermos obrigados a tomar esta posição e apelamos à mesa da AM que no futuro cumpra as suas obrigações e que respeite todos os membros desta AM e sobretudo a Democracia.-----*

*-----Porto de Mós, 11 de abril de 2014.-----*

*-----O Grupo de Eleitos do PSD.-----*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Na sequencia destas declarações o Grupo Municipal dos eleitos do PSD levantou-se para abandonar a sala, interpelando-os o senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo que queria responder ao que aqui foi dito. Continuando referiu que sugeriu na altura que fosse particularizado o tema Desenvolvimento Económico do Concelho, questionando o que é que o Grupo Municipal do PSD queria discutir. Disse ainda que deu a conhecer ao senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal esse assunto, por ser a Câmara que iria ser inquirida. **Gabriel Vala (PSD)**, respondeu que ninguém disse que iria fazer qualquer inquirição a quem quer que fosse, mas apenas discutir um assunto que é fundamental para o concelho. Posto isto, o Grupo Municipal do PSD abandonou a sala de sessões, tendo o senhor Presidente da Assembleia Municipal lamentado a posição que o PSD acabou de tomar.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a explicar que o deputado municipal Júlio Vieira (PSD) lhe enviou um *e-mail* pedindo o agendamento de dois pontos: Eleição do Provedor Municipal, que já estava contemplado na Ordem de Trabalhos, e discussão sobre o Desenvolvimento Económico do Concelho. Sobre este assunto sugeriu-lhe que ele particularizasse, porque sobre economia e desenvolvimento se pode discutir muita coisa e a Câmara teria que ter dados para responder, eventualmente. Continuou ainda dizendo que, se o senhor deputado municipal Júlio Vieira hoje aqui estivesse presente, era sua intenção propor a inclusão deste ponto ao plenário, como o 14º da Ordem de Trabalhos.-----

-----**Alfredo Martins Correia (CDU):**-----

-----Depois de cumprimentar os presentes, referiu que o inverno em Portugal foi extremamente rigoroso refletindo-se esse facto muito nos caminhos do concelho de Porto de Mós. Referiu depois que a estrada que liga Bemposta a Arrimal, que é transitada por grandes camiões carregados de pedra, estará muito em breve num estado calamitoso, cheia de buracos, pedindo ao senhor Presidente da Câmara que faça o que puder no sentido de prevenir essa situação.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso - PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar os presentes, disse que apenas queria chamar a atenção da Câmara para duas notas. Uma delas tem a ver com uma Conferência ocorrida no Cineteatro com a ASSIMAGRA e a CCDR onde foram informados que o município estaria a colaborar num Plano Integrado de Espaço Rural. Referiu ainda que, disse no Cineteatro que a Junta de Freguesia não sabia de nada e que achava bem que esta entidade que representa também fosse incluída nisso. Outra nota que deixou, tem a ver com o facto de as reuniões que as Juntas de Freguesia tem tido na Câmara com vista à concretização dos acordos de execução, estarem a ser gravadas, dizendo que não lhe parece bem estarem a gravar-se conversas com os Presidentes das Juntas.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Artur José dos Santos Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire – PS):**-----

-----Usando da palavra, interpelou o senhor Presidente da Câmara perguntando para quando as obras do mercado de Mira de Aire, pois já no ano passado se encontravam previstas em orçamento. No que se refere à pavimentação nas ruas de Mira de Aire, fez menção ao facto de há uns anos, aquando de obras de abastecimento de água, o alcatrão ter sido partido não tendo sido colocado nunca mais. Outra situação ainda, a que fez referência, tem a ver com o facto de parte da vila de Mira de Aire se encontrar às escuras, supondo que o senhor Presidente da Câmara terá recebido uma petição de um grupo de habitantes de Mira de Aire nesse sentido.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Passou a referir-se à estrada da Boeira, da qual já se falou há muito tempo, no sentido de impor o trânsito proibido a camiões, o que até esta data não foi resolvido. Outra situação prende-se com um caminho rural entre a Cruzinha e o cruzamento do Chão Pardo que foi alcatroada, estando lá a agora a passar camiões destruindo assim aquela via.-----

-----**António José Meneses Teixeira (PS):**-----

-----Referindo-se ao abandono da bancada do PSD pelos seus eleitos, disse que isso o obriga a refletir sobre o facto de, após 40 anos sobre o 25 de Abril, a nossa democracia não estar madura o suficiente, perguntando se o PSD não consegue conviver com a democracia do pós 25 de abril, e se o PSD só pode viver quando está no poder. Continuou dizendo que é lamentável o que aconteceu nesta assembleia hoje, porque é nesta Casa que devem ser discutidos todos os problemas dos portomosenses, não sendo com este tipo de atitudes que se conseguem resolver os problemas de Porto de Mós.-----

-----Congratulou-se depois com a abertura das várias licenciaturas da Universidade Aberta postas à disposição dos portomosenses louvando a Câmara Municipal por isso.-----

-----Elogiou depois o esforço efetuado pela Câmara Municipal no sentido de conseguir levar os autocarros até junto do castelo facilitando assim o acesso deste, aos turistas que visitam a vila.-----

-----Continuou depois exprimindo o seu contentamento pela reabertura do processo de classificação do Arco da Memória em Arrimal. Disse ter tido conhecimento que a Direção Regional de Cultura do Centro reabriu, para reapreciação, o processo de classificação do Arco da Memória como imóvel de interesse público, situação que disse esperar que desta vez chegue a bom termo, reputando essa classificação de muito importante para o concelho, a par de outras que já foram propostas aqui nesta assembleia. Por último, disse que não gostaria de deixar de dar os parabéns à Câmara e à Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro, no esforço que está a ser feito para comemorar condignamente os 40 anos do 25 de abril.-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo a **António Almeida (PS)** que este período foi fortemente condicionado pelo tempo chuvoso que se fez sentir, tendo havido alguma dificuldade na reparação de caminhos rurais e outras obras do género, mas a verdade é que alguma coisa tem vindo a ser feita, conforme o próprio deputado municipal referenciou.-----

-----Quanto à intervenção de **José Gabriel Vala (PSD)**, disse que independentemente do respeito que tem pelos membros do PSD que abandonaram a sala, há aqui uma falta de respeito pela democracia. 40 anos depois de Abril era impensável que numa Assembleia Municipal democraticamente eleita acontecesse uma situação dessas. O ato é de quem o pratica sendo cada um responsável por aquilo que faz, mas cabe dizer que foram cinco elementos que abandonaram a sala, e que talvez tenham dificuldade em conviver com a tal democracia e talvez tenham dificuldade em conviver com a situação de estar na oposição. Continuou dizendo que estar na oposição é tão dignificante como estar no poder, seja autárquico ou central, sendo essa a grande mais-valia da liberdade conquistada há 40 anos. Terminou dizendo que lamenta esta posição por parte dos senhores deputados municipais do PSD, mas estes talvez tenham alguma dificuldade em lidar com o êxito da Câmara Municipal de Porto de Mós na prestação de contas de 2013, sendo essa talvez uma das razões que os levou a abandonar a sala, pela dificuldade de ver os resultados que a Câmara obteve em 2013, sendo que também esses resultados são da responsabilidade dos vereadores do PSD na Câmara Municipal, e que a melhor maneira de não ouvir o que aqui vai ser dito é fugir, sendo essa a interpretação que faz desse facto neste momento.-----

-----A **Alfredo Correia (CDU)** disse que a situação que se considera prioritária neste momento é na freguesia de Arrimal/Mendiga a estrada que liga a Casal Vale Ventos, ficando no entanto o registo da sua preocupação. A **Carlos Cordeiro (PSD)** referiu que a colaboração do município com o plano de pormenor que trata das pedreiras daquela zona da serra resulta de um protocolo que foi assinado com a ASSIMAGRA e com o próprio Parque, sendo extremamente importante para que se possa ali continuar a ter explorações, pois caso isso não acontecesse, não havia hipótese de continuar a explorar pedra naquela região. Disse ainda que o seu antecessor na Junta de Freguesia tinha conhecimento desse projeto, e que estando ele ainda há pouco tempo no cargo que ocupa poderá junto da Câmara Municipal inteirar-se do protocolo assinado.-----

-----Quanto a **Artur Vieira (PS)** respondeu que a obra no mercado de Mira de Aire terá que ser feita no verão e agendada atempadamente sendo considerada uma obra prioritária. No que se refere aos alcatroamentos, disse que Mira de Aire tem sido privilegiada nesta matéria, tendo sido alcatroados quilómetros de estrada no último mandato, havendo no entanto alguns projetos de alcatroamento para aquela vila. No que respeita à iluminação, disse não saber do que se trata, mas que registará o facto. Referiu ainda que há algumas zonas do concelho onde ocorrem obras de substituição e melhoria das linhas de iluminação pública e/ou doméstica, nomeadamente na

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

freguesia de Serro Ventoso, estando a EDP a fazer um grande investimento, fruto da pressão exercida pela Câmara Municipal.-----

-----A **Joaquim Santiago (PS)** referiu que conhece a situação da Boeira, reputando-a de complicada para os camiões que por ali passam, tendo sido colocadas lombas que não resolveram a situação, faltando lá o sinal a proibir o trânsito. Quanto ao caminho rural que referiu, o mesmo não permite a passagem de camiões de grande tonelagem.-----

-----Teceu depois algumas considerações às palavras proferidas por **António José Teixeira (PS)**, acerca dos 40 anos de Abril.-----

-----**António Manuel Ferreira de Almeida (PS):**-----

-----Pedi a palavra novamente, nos termos do Regimento, tendo-lhe o senhor Presidente da Assembleia Municipal concedido dois minutos para a sua intervenção. -----

-----Começou por dizer que classifica este abandono da sala pelos eleitos do PSD, da seguinte forma: num passado recente ele comentou aqui pela negativa a apreciação, até veiculada pela comunicação social, de que o Partido Socialista tinha feito um assalto à Junta de Freguesia de Porto de Mós – São João Baptista e S. Pedro, e em “*off*”, alguns deputados do PSD afirmaram que o Partido Socialista tinha feito a vida negra ao senhor Dr. Luís Malhó, quando este foi Presidente da Assembleia Municipal. Hoje, a atitude que aqui se verificou é nesse sentido também. O grupo parlamentar do Partido Social Democrata pretende fazer a vida negra ao Presidente desta Assembleia, com esta atitude. Recordou, também pela negativa, as tristes palavras da atual segunda figura pública deste País, a Presidente da Assembleia da Republica, que após ter convidado os homens que fizeram o 25 de Abril e não sendo sua intenção dar-lhes a palavra, afirmou relativamente às suas reações “*é problema deles*”. Pois esta atitude de abandono deste plenário pelos eleitos do PSD, tem de ser classificada da mesma forma – “*é problema deles*.”-----

-----O senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para uma resposta a **Carlos Cordeiro (PS)**, dizendo-lhe que as reuniões a que ele se referiu são gravadas pois é necessário fazer atas.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----Havendo público presente na sala, foi perguntado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal se alguém queria intervir. -----

-----**Lúcia Rosa, Alqueidão da Serra:**-----

-----Usou da palavra para apresentar uma reclamação sobre o facto de ter esperado meia hora nos serviços da Câmara Municipal até ser atendida, alegando que os funcionários estariam a tomar café.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder à munícipe interveniente referindo que convive muito mal com situações dessas que de tempos a tempos se repetem.-----

-----**João Manuel Rodrigues Coelho, Juncal:**-----

-----Cumprimentando todos os presentes, referiu que Joaquim Santiago tem razão nas palavras que disse relativamente ao caminho rural. Depois da intervenção da fiscalização municipal, os camiões aqui referidos já lá não circulam com os blocos.-----

-----Pedi depois ao senhor Presidente da Câmara para dar uma ajuda à Junta de Freguesia no que se refere ao controle dos madeireiros que estão a usar as plataformas do transporte de máquinas para levar a madeira, o que significa muita tonelagem para os caminhos e estradas existentes, implicando a sua destruição em pouco tempo.-----

-----**Telmo Conceição, Porto de Mós:**-----

-----Disse querer alertar para três pontos: que a iluminação pública se está a acender às 17.00 horas; depois, que se iniciaram hoje as obras de ampliação do cemitério novo, e que embora confiando nos técnicos do município, devido às características dos terrenos há trabalhos a fazer como o acesso à força e o escoamento das águas, que não estão a ser feitas como deve ser.-----

-----Referiu-se depois ao ponto 1 da ordem de trabalhos dizendo que enquanto munícipe, acha que a eleição do provedor municipal deveria uma proposta de alguém disponível que apresentasse um programa e que depois a Assembleia Municipal votasse.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia respondeu ao anterior interveniente, no que se refere ao Provedor Municipal, que esse poderia ser um caminho a seguir mas que, nos termos do Regulamento do Provedor Municipal, foi determinado que o Provedor é eleito pela Assembleia Municipal sendo proposto pelos Grupos Municipais.-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder ao munícipe Telmo Conceição, dizendo, no que respeita à iluminação pública, que a EDP já foi contactada no sentido de regular os relógios que permitem ligar e desligar essa iluminação. Quanto à questão do cemitério, referiu que ainda hoje esteve no local e que a obra que está a decorrer irá ter em consideração todas as questões que aqui colocou.-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----**1. Eleição do Provedor Municipal:**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a usar da palavra para referir que

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apenas chegou à mesa uma proposta do Partido Socialista, do seguinte teor:-----

-----“*Vem a bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Porto de Mós, propor para Provedor Municipal o Exmo. Senhor Artur Duarte Vieira.*”-----

-----**Alfredo Martins Correia (CDU):**-----

-----Usando da palavra passou a referir que não percebe o que é o Provedor do Município, porque da forma como entende a democracia, quem foi eleito para representar os cidadãos foram os membros desta Assembleia, pelo que, do seu ponto de vista existe o dever por parte desta Assembleia de fiscalizar aquilo que a Câmara faz. Assim, disse que eleger outra pessoa para fiscalizar o que a Câmara faz, não faz sentido para si.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que esta foi uma alteração que foi feita ao Regimento no anterior mandato, e há que aceitá-la democraticamente.-----

-----**António José Menezes Teixeira (PS):**-----

-----Disse que queria apenas deixar uma nota acerca da escolha do Partido Socialista relativamente ao candidato proposto para a eleição a Provedor Municipal, reputando-o como pessoa idónea, com um percurso de vida bastante interessante, com uma intervenção cívica na sociedade portomosense, sendo ainda um ex funcionário da administração central, dado que neste momento se encontra aposentado. Assim o Partido Socialista considera o senhor Artur Vieira como um dos homens bons deste concelho, para este cargo.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (CDS/PP):**-----

-----Relativamente ao candidato proposto, disse que se trata de uma pessoa idónea, com um percurso de vida que fala por si, não tendo a mínima dúvida de que exercerá as competências que lhe estão atribuídas pelo regulamento, com a maior isenção e com a garantia do maior apoio aos municípios. Referiu depois que a atividade do Provedor deveria ser devidamente publicitada, criando-se um *link* de acesso na página do município, fazendo todo o sentido, dada a natureza das funções, que as recomendações do senhor Provedor ficassem a constar da página da internet do município.-----

-----**António Pereira Carvalho (PS):**-----

-----Disse conhecer bastante bem o senhor Artur Vieira, considerando-o uma pessoa extraordinária, que tem um extraordinário conhecimento de Porto de Mós, sendo uma pessoa que será capaz de se colocar completamente à parte de quaisquer jogos que possam existir, expressando o seu contentamento por aquele ter aceitado a candidatura.-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Não havendo mais intervenções, foi a proposta apresentada pelo Partido Socialista posta a votação, tendo a mesma sido **aprovada por maioria, com um voto contra.**-----

### -----2. Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PCP “Em defesa da Agricultura e do Mundo Rural do Concelho de Porto de Mós”:-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler a moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, e que a seguir se transcreve:-----

#### -----MOÇÃO-----

##### -----**Em defesa da agricultura e do Mundo Rural do Concelho de Porto de Mós**-----

-----São muitos os problemas que afetam o setor agrícola do nosso concelho, na fruticultura os problemas vão desde os elevados custos de produção, até ao facto da comercialização estar nas mãos da grande distribuição, causa grandes problemas aos pequenos produtores, que se vêm forçados a concorrer no mercado com fruta proveniente de diversas regiões, tal como a Espanha, a França e em particular da região Mercosul, onde os custos de produção e os apoios à produção são incomparavelmente superiores. No entender do PCP esta situação coloca os nossos produtores numa situação de desvantagem e vêm-se obrigados a abandonar a terra.-----

-----O sector pecuário também sofre do mesmo mal, em tempos, os subsectores da suinicultura e bovinicultura, com a produção de leite e carne chegou a ter grande atividade no concelho. O concelho chegou a ter 500 vacarias, produzindo mais de 50 000 litros de leite por dia.-----

-----A situação hoje é bem diferente, resultado de anos sucessivos de políticas que destruíram a nossa agricultura, nomeadamente os pequenos agricultores. Os custos com a Segurança Social, os elevados preços do gasóleo, da energia elétrica, os adubos, assim como os pequenos produtores serem obrigados a estarem coletados para poderem comercializar os seus produtos e acederem a apoios do IFAP, colocam em causa a sobrevivência da pequena agricultura e o próprio Mundo Rural.-----

-----O PCP, vê também com muita preocupação a questão da possibilidade de, no quadro da União Europeia estar a discutir o fim das cotas à produção de certos produtos agrícolas, que vai inundar o nosso país com produtos vindos de fora.-----

-----O PCP vê também com muita preocupação a possível privatização da água e da aplicação das Patentes nas sementes, que vêm aumentar os custos de produção.-----

-----Entendemos que devemos defender o nosso setor agrícola e o mundo rural. Até a forma de dinamizar outros setores de atividade, nomeadamente o setor do turismo que neste concelho está quase morto.-----

-----Neste sentido, o PCP propõe que esta Assembleia Municipal aprove esta moção com o

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*objetivo de a Câmara Municipal, com os agricultores do concelho fazer todos os esforços junto das entidades competentes para que a pequena agricultura seja apoiada.*-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (CDS/PP):**-----

-----Usando da palavra, disse que, e não pondo em causa a bondade das intenções do PCP, ao CDS/PP parece-lhe que esta moção não parece acrescentar nada de muito relevante, encontrando-se em alguns dos seus considerandos, desajustada em relação a algumas realidades. Sendo certo que o País enfrenta dificuldades a todos os níveis, é também certo que ao CDS/PP lhe parece que nada melhor que a iniciativa privada para impulsionar o desenvolvimento, até ao nível das pequenas explorações agrícolas. Continuou dizendo que, por lhe parecer bastante programática, não reconhece relevância a esta moção que o leve a querer aprová-la.-----

-----**António José Menezes Teixeira (PS):**-----

-----Usando da palavra, disse ter percebido o anterior interveniente em relação ao aparelho ideológico do PCP, e que de alguma maneira o discurso da moção que se está a discutir é aquele a que desde há anos vimos sendo habituados, sendo que apesar de tudo tem algumas virtualidades. Acrescentou ainda que o Partido Socialista tem também que dizer uma coisa muito importante aos agricultores do concelho de Porto de Mós: a ministra da agricultura e pescas enganou os agricultores portugueses. Depois de um ano de sucessivos adiamentos para entrar em vigor o novo regime fiscal dos pequenos agricultores, em que repetidamente disse que estava a trabalhar para simplificar o regime, temos hoje que entrou em vigor o regime, sem que nenhuma medida tenha sido tomada. Assim o Partido Socialista, a nível nacional, se a ministra não entregar atempadamente um alargamento deste regime, entregará na Assembleia da República uma iniciativa para solicitar o alargamento desse mesmo prazo. Continuou dizendo que os agricultores do concelho de Porto de Mós estão num concelho muito limitativo pois se encontra espartilhado por dois ou três institutos que limitam a atividade do concelho, pensando ser exequível que no quadro de apoio comunitário estejam contempladas ajudas que visem o desenvolvimento rural num plano integrado para o território portomossense.-----

-----**Alfredo Martins Correia (CDU):**-----

-----Dirigindo-se ao senhor deputado municipal do CDS, agradeceu-lhe o facto de este verificar que a voz do PCP é apenas uma, na Assembleia Municipal, na Assembleia da República mas sempre com a verdade.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com um (1) voto contra, seis (6) abstenções e treze (13) votos a favor.**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----  
----- **3. Apreciação do Inventário de Todos os Bens, Direitos Patrimoniais e respetiva Avaliação, bem como Apreciação e Votação dos Documentos de Contas relativamente ao Ano de 2013;**-----  
-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a explicar a função dos relógios expostos na sala referindo que servirão para cronometrar o tempo de intervenção atribuído a cada grupo municipal conforme o disposto no Regimento desta Assembleia.-----  
-----

-----Seguidamente passou a usar da palavra o senhor Vice-Presidente para esclarecer os presentes acerca da matéria em apreciação, face à documentação que foi oportunamente distribuída por todos.-----  
-----

-----Continuou dizendo que o executivo neste momento irá ser avaliado por esta Assembleia, lamentado o facto de não estarem presentes os membros do Grupo Municipal do PSD que se ausentaram, pois seria benéfico saber qual a avaliação que fariam deste exercício económico.-----  
-----

-----Referindo-se ao documento que seguidamente apresentaria, disse que este, do seu ponto de vista reflete o alcance da maioria dos objetivos traçados no início do ano.-----  
-----

-----Depois de explicitar o documento em apreço, disse que o desempenho é bastante bom, devendo todos congratular-se com ele, não devendo ter receio da saúde financeira da Câmara mas sim cautela e sentido da responsabilidade de forma a não estragar o que tem vindo a ser construído em termos financeiros no município.-----  
-----

-----**António José Meneses Teixeira (PS):**-----  
-----

-----Referindo-se ao documento em apreciação, disse que este é tão elucidativo, rigoroso e transparente que é capaz de perceber agora de outra forma o que o senhor Presidente da Câmara disse há pouco quando o PSD abandonou a sala – a dificuldade que aqueles deputados têm em conviver com esta situação. Continuou dizendo que no atual panorama de crise que atravessa o país e o concelho, este é um documento exemplar do esforço e do rigor que caracteriza este executivo, sendo um bom exemplo a seguir a nível nacional.-----  
-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (CDS/PP):**-----  
-----

-----Começou por dizer que o sentido de voto do CDS será sempre de acordo com a sua consciência e com aquilo que é apresentado, reconhecendo os excelentes resultados alcançados por este executivo.-----  
-----

-----**António Pereira Carvalho (PS):**-----  
-----

-----Começou por dizer que no relatório de gestão de 2013, queria evidenciar alguns aspetos, nomeadamente no que se refere às taxas de execução, que outrora extremamente débeis estão

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

hoje acima dos 80%.-----

-----Referiu-se depois à evolução das apresentações financeiras. Desde o ano 2000 que a apresentação das demonstrações financeiras tem sofrido uma grande evolução. O POCAL foi o elemento revolucionário trazendo a possibilidade de se compararem valores de um modo muito mais consistente, sendo hoje muito mais fácil fazerem-se previsões do que seriam há quinze anos.-----

-----Terminou dizendo que a situação do município parece ser bastante sólida, quer em termos financeiros, quer em termos da atuação da gestão representada nos rácios de realização tendo ficado bastante agradado com os resultados apresentados.-----

-----O senhor Vice Presidente passou a usar da palavra para responder aos comentários dos anteriores intervenientes. Referiu que este documento é extremamente complexo, dando imenso trabalho, atribuindo o mérito à equipa de trabalho que com ele colabora.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Apreciação do Inventário de Todos os Bens, Direitos Patrimoniais e respetiva Avaliação, bem como Apreciação e Votação dos Documentos de Contas relativamente ao Ano de 2013** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 19 (dezanove) votos a favor e 1 (uma) abstenção**.-----

-----**4. Modificações Orçamentais – 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2014:**-----

-----Usando da palavra, o senhor Vice-Presidente passou a dizer que a revisão é aqui ditada por duas ordens de razões: necessidade de afetar o resultado da gerência e também pela necessidade de inscrever aqui algumas obras que não estavam em orçamento e no plano de atividades inicial e também ao reforço de outras que já estavam previstas, e que constam do documento que foi distribuído a todos os deputados municipais.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Modificações Orçamentais – 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2014** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 19 (dezanove) votos a favor e 1 (uma) abstenção**.-----

-----**5. Modificações Orçamentais – 1ª Revisão ao Orçamento do ano de 2014:**-----

-----Atendendo a que o senhor Vice Presidente da Câmara Municipal explicitou no ponto anterior a matéria deste ponto da ordem de trabalhos, o mesmo prescindiu da palavra.-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Modificações Orçamentais – 1ª Revisão ao Orçamento do ano de 2014** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 19 (dezanove) votos a favor e 1 (uma) abstenção**.-----

### -----**6. Prestação de Serviços de um Revisor Oficial de Contas para verificação das Contas Municipais do Ano de 2014;**-----

-----O senhor Vice Presidente da Câmara Municipal passou a prestar os esclarecimentos necessários, relacionados com o agendamento para esta sessão, do presente ponto da ordem de trabalhos, que decorre da Lei nº 73/2013 de 8 de Setembro.-----

-----Referiu depois que o que se trata aqui é de contratar um auditor externo para acompanhar e certificar as contas da Câmara Municipal, conforme consta da Lei. Face a essa obrigatoriedade a Câmara Municipal convidou a apresentar propostas quatro sociedades de Revisores de Contas que tinham até então feito a sua apresentação ao Município e demonstrado experiência nessa matéria, cujas propostas foram enviadas aos deputados municipais. Avaliadas que foram as referidas propostas, recaiu a escolha sobre a sociedade “*Marques de Almeida, J. Nuno, V. Simões & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.*”. Assim, foi deliberado em reunião ordinária da Câmara Municipal de 20.03.2014, remeter a proposta, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 77º da Lei nº 73/2013 de 8 de setembro à Assembleia Municipal para efeitos de nomeação do auditor externo proposto.-----

-----Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Prestação de Serviços de um Revisor Oficial de Contas para verificação das Contas Municipais do Ano de 2014** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

### -----**7. Estatuto da Oposição – Lei nº 24/98 de 26 de Maio – Relatório de Avaliação do Grau de Observância do ano de 2013 (artº 10º da Lei 24/98 de 26 de Maio);**-----

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que este é um assunto que tem apenas em vista informar a Assembleia Municipal de que foi cumprido o artigo 10º da Lei 24/98 de 26 de maio.-----

### -----**8. Concessão de Exploração do Bar situado no Edifício das Piscinas Municipais e do Pequeno Bar de Apoio às Piscinas Municipais;**-----

-----O senhor Vice Presidente da Câmara passou a referir-se a este assunto dizendo que o mesmo é recorrente dado que não é a primeira vez que vem aqui a esta Assembleia. Referiu depois

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que, face ao facto de os sucessivos concursos terem ficado desertos, foi necessário fazer alguns ajustes no que se refere às propostas anteriores, tendo sido alargado o âmbito da atividade que passou a ser de bar, bem como a redução do preço da renda a cobrar, que será progressiva nos primeiros três anos.

-----**Alfredo Martins Correia (CDU):**-----

-----Usou da palavra para esclarecer qual o valor da renda, tendo sido respondido pelo senhor Vice Presidente que serão quatrocentos e cinquenta euros mensais.

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Concessão de Exploração do Bar situado no Edifício das Piscinas Municipais e do Pequeno Bar de Apoio às Piscinas Municipais** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.

-----**9. Designação de um Representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que à mesa chegou uma proposta subscrita pela bancada do Partido Socialista, do seguinte teor:-----

-----*PROPOSTA*-----

-----“*Considerando o ponto nº 9 da ordem de trabalhos para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Porto de Mós, a realizar no dia 11 de abril de 2014, pelas 19 horas – vem a bancada do Partido Socialista propor à Assembleia Municipal de Porto de Mós, o nome do senhor Presidente da Junta das Pedreiras – António Rogério de Oliveira Vieira, para representação das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.*”-----

-----Inscreveu-se para intervir **António José Menezes Teixeira (PS)**, referindo que, durante cerca de três semanas tentou chegar à fala com o líder da bancada do Partido Social Democrata nesta Assembleia, por forma a chegar-se a uma unanimidade, elaborando uma lista única, com a proposta de um nome que fosse consensual. Apenas hoje conseguiu que lhe atendessem o telefone, tendo-lhe sido dito que não valia a pena, porque não tinham condições para que esse nome chegasse à Assembleia Municipal. Terminou dizendo que mais uma vez não se percebe a leitura da democracia pelo PSD, em Porto de Mós. No que se refere ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos aconteceu o mesmo, não havendo consenso por falta de diálogo.

-----**Alfredo Martins Correia (CDU):**-----

-----Pedi a palavra para perguntar quais as funções das pessoas eleitas para os organismos referenciados nos pontos 9 e 10 da Ordem de Trabalhos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a explicar que, no que se refere ao ponto 9, se trata de uma exigência legal que a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, adiante designada CMDFCI, integre um representante das Juntas de Freguesia. Quanto ao ponto 10, referiu que em devido tempo a senhora Vereadora Rita Cerejo e atual Presidente da CPCJ, dará conta das funções que essas pessoas desempenham na Comissão.-----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Câmara passou a explicar o funcionamento da CMDFCI.-----

-----**Alfredo Martins Correia** voltou a usar da palavra perguntando se a CMDFCI está dependente de alguém para reunir, tendo o senhor Presidente da Câmara respondido que está dependente dele próprio ou na sua impossibilidade, do seu substituto legal.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Designação de um Representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**10. Designação de dois cidadãos para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens na sua modalidade Alargada**.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal deu a palavra à senhora Vereadora Rita Cerejo, por ser quem tem acompanhado mais de perto esta situação, que passou a explicar o que é a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens referindo que a mesma existe para intervir nos casos em que há jovens em risco. Continuou dizendo que existe uma modalidade restrita e uma modalidade alargada cuja constituição é o que está aqui em causa hoje, e que tem como missão intervir na prevenção e na divulgação dos direitos das crianças.-----

-----**Alfredo Martins Correia (CDU)**, pediu a palavra para perguntar se, na prática, as crianças de Arrimal ou de Mendiga estão tão protegidas como as de Porto de Mós.-----

-----Após vários esclarecimentos sobre o funcionamento da CPCJ ao anterior interveniente, a senhora vereadora Rita Cerejo continuou dizendo que a Assembleia Municipal nomeia quatro elementos para integrarem a CPCJ Alargada, que não têm que ser membros daquela, sendo que neste momento o que se está a pedir é a substituição de dois, dado que os outros dois se mantêm em funções.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que chegou à mesa uma proposta conjunta do PS e do CDS/PP propondo os seguintes cidadãos: Sandra Cristina Pereira Tomás e Pedro Nuno Conde Fernandes Mendes.-----

-----Continuou depois referindo que foi também recebida por *e-mail* uma proposta enviada pelo Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal propondo os seguintes nomes: Sandra da Graça Pereira Alves, psicóloga e Cristiana Ferreira do Rosário, enfermeira.-----

-----Os nomes propostos, foram identificados da seguinte forma: Sandra da Graça Pereira Alves, letra A; Cristiana Ferreira do Rosário, letra B; Sandra Cristina Pereira Tomás, Letra C e Pedro Nuno Conde Fernandes Mendes, letra D.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (CDS/PP):** pediu a palavra para referir que Sandra Cristina Pereira Tomás é professora e que Pedro Nuno Conde Fernandes Mendes também o é, pelo que estão profissionalmente, ligados a atividades com crianças.-----

-----Efetuada a votação por escrutínio secreto, foram obtidos os seguintes resultados:-----

-----**Votantes: 19 (dezanove);**-----

-----**Votos brancos: 1 (um voto);**-----

-----**Letra A: 3 (três votos);**-----

-----**Letra B: 2 (dois votos);**-----

-----**Letra C: 16 (dezasseis votos);**-----

-----**Letra D: 17 (dezassefe votos).**-----

-----Assim sendo, foram eleitos os cidadãos ***Sandra Cristina Pereira Tomás e Pedro Nuno Conde Fernandes Mendes.***-----

-----**11. Relatório Anual de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, do ano de 2013;**-----

-----No uso da palavra, a senhora Vereadora Rita Cerejo passou a dar conta da atividade da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens no ano de 2013.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (CDS/PP):**-----

-----Usando da palavra referiu que, apesar de nunca ter integrado qualquer CPCJ, lida amiúde, por dever de ofício, com problemas delas provenientes, endereçando um bem hajam a essas entidades e à sua criação junto dos municípios, pois têm sido elas que têm salvo algumas vidas no

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seu início.-----

-----**António José Menezes Teixeira (PS):**-----

-----Disse fazer suas as palavras do anterior interveniente, referindo que o que interessa é o trabalho feito pela CPCJ, que reputa de meritório.-----

-----**Alfredo Martins Correia (CDU):**-----

-----Pedi a palavra para dizer que tem duvidas que as crianças da serra tenham o mesmo apoio que têm as da vila de Porto de Mós.-----

-----A senhora Vereadora Rita Cerejo respondeu ao anterior interveniente dizendo que desde que a criança exista nos registos, seja da saúde seja da escola, e se for detetado algum problema com ela, obrigatoriamente isso será comunicado à CPCJ.-----

-----**12. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.**-----

-----O senhor Presidente da Câmara prescindiu de ler o documento enviado a todos os deputados municipais atempadamente, dando conta da atividade do município no período compreendido entre a última sessão da Assembleia e esta mesma.-----

-----Disse ainda que os trabalhos da Câmara Municipal neste período foram fortemente condicionados pelo mau tempo que se tem feito sentir. Fez ainda uma breve referência às obras iniciadas no cemitério novo de Porto de Mós bem como os concursos iniciados com vista a diversas pavimentações no concelho, nomeadamente em Casal Velho na freguesia de S. Bento. De depois especial ênfase ao trabalho que tem vindo a ser feito ao nível da deteção de fugas de água e que se traduz na redução em cerca de 50% no consumo de água no concelho de Porto de Mós.-----

-----Terminou dizendo que não poderá estar presente nas Comemorações do 25 de Abril, e justificando a sua ausência com o facto de integrar uma missão humanitária à Guiné no intuito de dar uma ajuda aquele povo que está com problemas de várias ordem.-----

-----**13. Projeto de fusão por incorporação da AMLEI na CIMRL:**-----

-----**António Pereira Carvalho (PS):**-----

-----Usando da palavra, passou a dar algumas explicações sobre o assunto, referindo que num caso de fusão por incorporação de duas entidades, uma extingue-se e o património passa para a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

outra.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Projeto de fusão por incorporação da AMLEI na CIMRL** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das deliberações tomadas nos seguintes pontos: **1. inclusão de mais um ponto na presente ordem de trabalhos – Projeto de fusão por incorporação da AMLEI na CIMRL; 2. Eleição do Provedor Municipal; 3. Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PCP “Em defesa da Agricultura e do Mundo Rural do Concelho de Porto de Mós”; 4. Apreciação do Inventário de Todos os Bens, Direitos Patrimoniais e respetiva Avaliação, bem como Apreciação e Votação dos Documentos de Contas relativamente ao Ano de 2013; 5. Modificações Orçamentais – 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2014; 6. Modificações Orçamentais – 1ª Revisão ao Orçamento do ano de 2014; 7. Prestação de Serviços de um Revisor Oficial de Contas para verificação das Contas Municipais do Ano de 2014; 8. Concessão de Exploração do Bar situado no Edifício das Piscinas Municipais e do Pequeno Bar de Apoio às Piscinas Municipais; 9. Designação de um Representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios; 10. Designação de dois cidadãos para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens na sua modalidade Alargada; 11. Projeto de fusão por incorporação da AMLEI na CIMRL**, tendo estas sido submetidas a votação e **aprovadas por unanimidade**.-----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 23.30 horas do dia 11 de abril e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_